



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na 4ª Vara da Comarca de
Iguatu/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 10/2020/CGJCE

Corregedor Geral da Justiça:

Desembargador Teodoro Silva Santos

Juiz Corregedor Auxiliar:
Dr. Francisco Gladyson Pontes Filho

1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO	
Processo	CPA
Unidade	4ª Vara da Comarca de Iguatu
Entrância	Entrância Intermediária
Endereço	Rua José Amaro, s/n, Bugi
Período da Correição	Março de 2020
Portaria	Portaria nº 10/2020

2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS	
Nome: Ronald Neves Pereira	Matrícula: 10244
(X) Juiz de Direito () Juiz Substituto	(X) Titular () Respondendo () Auxiliando Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria nº ____/____
Exercício cumulativo: () Sim (X) Não	Quais?
Ingresso na Magistratura: 04.07.2013	Ingresso na Vara: 16.01.2019
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (X) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	() Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	() Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

3 DO QUADRO DE PESSOAL		
3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	00
3.2 JUÍZES LEIGOS	TOTAL	00
3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	00
3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	03
José Hélio Bernardo da Silva		41596
Robson Fernandes Souza		41148
Ana Paula Nogueira de Oliveira		251
3.5 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	00
3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL	00
3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL	01
Thalysson Davyd Vieira		42947

3.8	TERCEIRIZADOS	TOTAL	00
3.9	CEDIDOS	TOTAL	00
Nathalia da Silva Matias	Efetivo	Auxiliar Administrativo	43444
Cícera Gomes da Silva	Efetivo	Auxiliar de Serviços	-
3.10 CARGOS EM COMISSÃO			
Livia Chaves Holanda	Supervisora de Unidade Judiciária		41864
Raysla Ferreira do Carmo	Assistentes de Unidade Judiciária		24420

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA	
Nome: Herbet Gonçalves Santos	() Titular (X) Respondendo
Responde por outras Comarcas? (X) Sim () Não	Quais? Comarcas de Jucás e Icó

5 DO DEFENSOR PÚBLICO
Não há

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA
Comarca com Quatro Varas com Juizado Instalado
() 1ª Vara a) Processos de competência do Tribunal do Juri b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios
() 2ª Vara a) Processos e medidas relativas aos registros públicos b) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários
() 3ª Vara a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
(X) 4ª Vara a) Causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
() Juizado

7 DO ACERVO PROCESSUAL	
Acervo atual	2171
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE	Unidad e instalad a em 16.01.2019
Tramitação Processual () Físico (X) Digital () Físico/Digital	

8 DA PRODUTIVIDADE

DADOS DO MAGISTRADO		
8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	1153	96,08
Acordos	67	5,58
Decisões	874	72,83
Audiências	331	27,58
Despachos	3122	260,17
DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 23 de março de 2020		
8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020)		
Processos novos		153
Processos pendentes de julgamento		1382
Processos julgados		291
Processos pendentes de baixa		2171
Processos baixados		261
8.3 Gestão do acervo (Mês: março /Ano: 2020)		
Processos conclusos para Sentença		77
Processos julgados e não baixados		789
Processo Suspenso		102
Processos Reativados no mês		0
Processos Transitados no mês		100
Processos em grau de recurso no mês		17
Processos remetidos a outro foro no mês		0
Processos arquivados definitivamente no mês		109
Processos entrados no mês		31
Processos julgados no mês		70
8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)		
Idoso	Pendente de Julgamento	23
	Pendente de Baixa	27
Doença Grave	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	2
Réu Preso	Pendente de Julgamento	29
	Pendente de Baixa	48
Menor	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	1
Idoso/Réu Preso	Pendente de Julgamento	2
	Pendente de Baixa	2
8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		172
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		211
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		15
Total		398
8.6 Gestão de Tempo e Qualidade		
Índice de processos com assunto cadastrado		99,81%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100%

9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS	
9.1 VISÃO GERAL	
9.1.1 Processos Conclusos	
Para Despacho	340
Para Decisão Interlocutória	13
9.1.1 Liminares Pendentes de Análise	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	2

É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	() Sim (X) Não
9.1.2 Custas Finais	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim () Não
Como é feito? É realizada a intimação das partes para realização do pagamento das custas processuais, após, decorrido o prazo sem apresentação do comprovante de pagamento das custas, é feita a remessa dos dados processuais para a Procuradoria do Estado, para inscrição na dívida ativa Estadual.	
9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE	
9.2.1 Processos Cíveis	
Mandados de Segurança	8
Ações Cíveis Públicas	6
Ações de Improbidade Administrativa	5
9.2.2 Tribunal Popular do Juri	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	-
Juris realizados nos últimos 12 meses	-
Juris pendentes de realização	-
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	-
Processos inseridos na Meta ENASP	-
9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal	
Cumprimento em Regime Fechado	-
Cumprimento em Regime Semiaberto	-
Cumprimento em Regime Aberto	-
9.2.4 Infância e Juventude	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	-
Total de processos de apuração de Ato Infracional	-
Total de processos de execução de medida socioeducativa	-
10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	
10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais	
Nada Consta	
10.2 Processos com Representação	
Nada Consta	
11 DOS PROCEDIMENTOS	
11.1 Visão Geral	
Entrados no Mês	36
Arquivados	68
11.2 Procedimentos Investigatórios	
Pendentes	220
11.3 Cartas Precatórias	
Pendentes	118
12 DAS AUDIÊNCIAS	
12.1 Produtividade nos últimos 12 meses	
Total de audiências agendadas	4531
Total de audiências realizadas	336
Audiências não realizadas	69
Audiências canceladas/redesignadas	43
12.2 Situação geral	
Processos aguardando a designação de audiências	253
Processos aguardando a realização de audiência	65

Audiência designada com a data mais distante	15.04.2020
--	------------

13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE	
Gestão de Processo de Trabalho	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não

14 PROCESSOS INSPECIONADOS	
14.1 PROCESSOS CONCLUSO PARA ATO INICIAL	
Processo	Movimentação
0006796-22.2019.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo ajuizado em 03.11.2019. Despacho proferido em 25.11.2019, determinando a emenda a inicial. Emenda apresentada em 04.02.2020. À conclusão para impulso oficial.
0050381-90.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo ajuizado em 18.02.2020 e aguardando o despacho inicial desde então.
0050570-68.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo ajuizado em 19.03.2020 e aguardando o despacho inicial desde então.
0050508-28.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo ajuizado em 11.03.2020 e aguardando o despacho inicial desde então.
0050563-76.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo ajuizado em 18.03.2020 e aguardando o despacho inicial desde então.
14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO	
Processo	Movimentação
0028767-73.2013.8.06.0091	Visto em inspeção. Despacho proferido em 04.02.2020, determinando a realização de audiência de conciliação em 04.03.2020. Petição apresentada em 19.02.2020, solicitando o cancelamento da audiência de conciliação, tendo em vista que já fora realizada em duas oportunidades. Certidão apresentada em 20.02.2020 informando que a audiência designada restou cancelada em razão de conflito da pauta no CEJUSC. À conclusão.
0005051-07.2019.8.06.0091	Visto em inspeção. Ato ordinatório exarado em 02.03.2020, abrindo vistas ao Ministério Público. Aguardando manifestação ministerial.
0049419-77.2014.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo despachado em 09.01.2020, determinando providências ao Consórcio Nacional Honda e às partes. Resposta do Consórcio Nacional Honda em 17.02.2020. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo. Após, à conclusão.
0028790-19.2013.8.06.0091	Visto em inspeção. Despacho proferido em 08.01.2020, determinando a intimação da parte promovente para providências. Petição apresentada em 14.02.2020. À conclusão.

0028503-56.2013.8.06.0091	Visto em inspeção. Despacho proferido em 16.01.2020, determinando a intimação da parte autora para providências. Petição apresentada em 19.02.2020. À conclusão.
0024026-92.2010.8.06.0091	Visto em inspeção. Despacho proferido em 07.06.2019, condenando a parte autora a ato atentatório contra a dignidade da justiça, bem como determinando a sua citação para providências. Petição apresentada em 21.08.2019. À conclusão.
0001958-70.2018.8.06.0091	Visto em inspeção. Sentença proferida em 16.07.2019. Recurso de apelação apresentado em 18.09.2019. Ato ordinatório exarado em 05.11.2019, determinando a intimação da parte apelada para apresentar contrarrazões. Certidão de decurso de prazo em 23.03.2020. À conclusão.
0043580-66.2017.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo redistribuído para 4ª Vara da Comarca de Iguatu em 10.10.2019. Feito paralisado desde então. À conclusão.
0003994-85.2018.8.06.0091	Visto em inspeção. Despacho proferido em 21.10.2019, determinando providências à Secretaria. Certidão emitida em 21.02.2020. À conclusão.
0006926-12.2019.8.06.0091	Visto em inspeção. Contestação apresentada em 16.03.2020. À conclusão.
14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO	
Processo	Movimentação
0007027-49.2019.8.06.0091	Visto em inspeção. Contestação apresentada em 16.03.2020. À conclusão.
0007026-64.2019.8.06.0091	Visto em inspeção. Contestação apresentada em 16.03.2020. À conclusão.
14.4 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
Processo	Movimentação
0050411-28.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Sentença proferida em 28.02.2020. Embargos de Declaração apresentados em 11.03.2020. À conclusão.
0004492-84.2018.8.06.0091	Visto em inspeção. Despacho proferido em 25.11.2019, determinando a intimação da parte embargada para providências. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo. Após, à conclusão.
0002208-55.2008.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 09.10.2019.
0049025-70.2014.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 07.02.2020.
0004543-95.2018.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 19.03.2020.
0050621-21.2016.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 10.03.2020.
0031709-15.2012.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 19.03.2020.
0003132-80.2019.8.06.0091	Visto em inspeção. Sentença proferida em 26.03.2020.
0000855-28.2018.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 16.03.2020.
0049742-14.2016.8.06.0091	Visto em inspeção. Processo concluso para sentença desde 16.03.2020.
14.5 CARTAS PRECATÓRIAS	
Processo	Movimentação

0010368-49.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Precatória encaminhada à COMAN para providências.
0010316-53.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Precatória encaminhada à COMAN para providências.
0010314-83.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Precatória encaminhada à COMAN para providências.
0001500-19.2019.8.06.0091	Visto em inspeção. Precatória encaminhada à COMAN para providências.
0010072-27.2020.8.06.0091	Visto em inspeção. Precatória encaminhada à COMAN para providências.

15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO		
Processo	Última movimentação	Movimentação
0014243-28.2000.8.06.0091	28.01.2019	Processo Redistribuído por Encaminhamento
0030042-57.2013.8.06.0091	13.02.2019	Processo Redistribuído por Encaminhamento
0030244-34.2013.8.06.0091	13.02.2019	Processo Redistribuído por Encaminhamento
0031479-36.2013.8.06.0091	13.02.2019	Processo Redistribuído por Encaminhamento
0049448-30.2014.8.06.0091	13.02.2019	Processo Redistribuído por Encaminhamento
0050802-90.2014.8.06.0091	13.02.2019	Processo Redistribuído por Encaminhamento
0002558-43.2008.8.06.0091	27.02.2019	Proferido despacho de mero expediente
0004006-85.2007.8.06.0091	08.03.2019	Expedição de Mandado
0042136-95.2017.8.06.0091	08.03.2019	Expedição de Mandado
0000610-51.2017.8.06.0091	12.03.2019	Expedição de Carta

16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS	
16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2019 é 70,8%)	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	-
2019	75,71%
2020	69,76%
16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2019 é 124%)	
2019	122,34%
2020	170,59%
16.3 Meta 1 (Meta para 2019 é maior que 100%)	
2019	200%
2020	190,20%
16.4 Meta 2 (Meta para 2019 é 80%)	
Total de Processos em Janeiro/2019	243
Total de processos pendentes de julgamento	215
Total de processos julgados	28
2019 – Percentual de Atingimento	12%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	166,4
16.5 Meta 4 (Meta para 2019 é 70%)	
Total de Processos em Janeiro/2019	22
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	9
Total de processos julgados	13
2019 – Percentual de Atingimento	59%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	2,4

16.6 Meta 6 (Meta para 2019 é 60%)	
Total de Processos em Janeiro/2019	3
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	2
Total de processos julgados	1
2019 – Percentual de Atingimento	33%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	0,8

17 DA VIDEOCONFERÊNCIA	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
Possui sala específica para a videoconferência?	() Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não

18 NORMATIVOS IMPORTANTES	
Normativo	Conteúdo
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

19 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES	

20 RECOMENDAÇÕES	
20.1	<i>Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2019, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/202, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016, no 1º grau);</i>
20.2	<i>Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</i>
20.3	<i>Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;</i>
20.4	<i>Providenciar impulso oficial mais célere às Cartas Precatórias, tendo em vista que algumas se encontram paralisadas há bastante tempo;</i>
20.5	<i>Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecante;</i>
20.6	<i>Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;</i>
20.7	<i>Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, envidando esforços para que audiências não sejam redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados por tempo demasiado, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;</i>
20.8	<i>Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, ex officio, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;</i>
20.9	<i>Evitar o agendamento de audiências para o período em que o magistrado titular estiver em gozo de férias e envidar esforços no sentido de diminuir o número de audiências não realizadas;</i>
20.10	<i>Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.</i>
20.11	<i>Movimentar, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;</i>
20.12	<i>Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias;</i>
20.13	<i>Cobrar todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, com envio de ofício à COMAN, bem como instituir rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;</i>
20.14	<i>Proceder o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação;</i>
20.15	<i>Proceder a identificação e imediato impulso oficial dos processos inseridos na Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça, referente aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;</i>
20.16	<i>Analisar os pedidos de liminares (tutelas) pendentes;</i>
20.17	<i>Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos;</i>
20.18	<i>A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento das listas de processos no Sistema SEI, com o intuito de ele passe a refletir a real situação da unidade;</i>

21 CONCLUSÃO	
<p>Inspecionando a 4ª Vara da Comarca de Iguatu/CE, constatou-se, em geral, que os feitos em tramitação têm andamento processual regular, com pontuais morosidades.</p> <p>Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do</p>	

acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Passo a expor a situação verificada, no SAJPG, durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

A fila **Concluso para Ato Inicial** apresentava 13 (treze) processos, dos quais 5 (cinco) foram examinados, sendo percebido que o feito mais antigo estava concluso desde fevereiro de 2020.

Havia 272 (duzentos e setenta e dois) processos **Conclusos para Despacho**, dos quais 10 (dez) foram inspecionados, sendo verificado que a maioria possuía tramitação recente. No entanto, chamou atenção o processo nº 0043580-66.2017.8.06.0091, pois estava paralisado desde que fora redistribuído para 4ª Vara da Comarca de Iguatu.

Existiam 2 (dois) processos **Conclusos para Decisão Interlocutória**, sendo ambos inspecionados, sendo constatado que estavam conclusos desde o dia 16 de março de 2020, após a apresentação de contestação pela parte requerida.

A fila **Concluso para Sentença** possuía 26 (vinte e seis) processos dos quais 10 (dez) foram inspecionados, sendo constatado que estavam conclusos há pouco tempo, sendo o mesmo antigo datado de outubro de 2019.

De acordo com o sistema SEI, existem 119 (cento e dezenove) **Cartas Precatórias** na unidade, das quais 5 (cinco) foram inspecionadas, sendo verificado que estavam com movimentação recente e aguardando providências da COMAN local.

Assim, podemos perceber que os feitos estão sendo impulsionados a contento, sendo verificadas poucas morosidades na tramitação processual.

Há de se destacar também a quantidade de processos **paralisados há mais de 100 dias**. Conforme dados do sistema SEI (extraídos na data de 23/03/2020), a 4ª Vara da Comarca de Iguatu possui 398 (trezentos e noventa e oito) processos nessa situação, dos quais apenas 15 (quinze) estão sem movimentação há mais de um ano. Importante destacar que o processo há mais tempo sem movimentação se encontra paralisado desde 8 de março de 2019.

Um aspecto que precisar ser melhorado diz respeito ao monitoramento das Metas do CNJ. Nesse relatório, fizemos a análise das Metas relativas ao ano de 2019, tendo em vista que ainda não há dados o suficiente para proceder ao exame do ano de 2020.

Em janeiro de 2019, a unidade possuía 243 (duzentos e quarenta e três) processos inseridos na **Meta 2 do CNJ**, dos quais, ao final do ano, apenas 28 (vinte e oito) foram julgados, restando o julgamento de 167 (cento e sessenta e sete) processos para que a referida meta fosse atingida.

No que diz respeito à **Meta 4 do CNJ**, a unidade possuía, em janeiro de 2019, 22 (vinte e dois) processos. Ao final do ano, 13 (treze) foram julgados, restando o julgamento de três processos para que a referida meta fosse atingida.

Quanto à **Meta 6 do CNJ**, a vara possuía 3 (três) processos, em janeiro de 2019, dos quais 1 (um) foi julgado ao final do ano, restando o julgamento de 1 (um) processo para que a meta fosse atingida.

Quando considerados os últimos 12 (doze) meses, o Dr. Ronald Neves Pereira possui uma **média processual**, na 4ª Vara da Comarca de Iguatu de 90,05 sentenças por mês, o que vem sendo suficiente para atender a demanda da unidade, que é de 49,25 processos por mês (demanda da unidade obtida dividido a quantidade de processos recebidos no ano de 2019 por doze meses).

Tal produtividade tem influenciado no alcance da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, pois 2019 a unidade atingiu 200% da referida meta e em 2020 está atingindo o percentual de 190,20%.

Outro ponto diz respeito à **taxa de congestionamento**, que, ano de 2019 a taxa era de 75,71%, enquanto, em 2020, está em 69,76%%.

Analisando os dados acima, percebe-se que o Dr. Ronald Neves Pereira, bem como sua equipe de servidores estão empreendendo esforços para fornecer uma boa prestação jurisdicional à população.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a

